

## Democracia e poder na fabulação de *House of Cards* <sup>1</sup>

Marcela Agra da FONSÊCA<sup>2</sup>

Fernanda Mendes de MENDONÇA<sup>3</sup>

Carla Alessandra Braga FERNANDES<sup>4</sup>

Marcel Vieira Barreto SILVA<sup>5</sup>

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

### Resumo

O artigo em questão faz uma análise crítica das relações democráticas contemporâneas a partir da fabulação criada pela série *House of Cards*, da Netflix. Seus significados e desdobramentos para a democracia representada são as grandes questões que atravessam o trabalho. A pesquisa parte do contratualismo hobbesiano para entender ideias de poder produzidas pela série, seguindo por uma reflexão sobre o inevitável paradoxo de governabilidade democrática, a partir da reflexão do filósofo contemporâneo Jacques Rancière.

**Palavras-chave:** Democracia. Teoria política. *House of Cards*. Ficção seriada. Netflix.

### 1 Introdução

“Nós não nos submetemos ao terror. Nós o criamos”. Essas são as palavras proferidas por Frank Underwood (Kevin Spacey) enquanto assiste à execução de um cidadão norte-americano por jovens de um grupo extremista islâmico, ao lado de sua esposa Claire (Robin Wright). Quem está falando, ao mesmo tempo em que olha para a câmera, interpelando diretamente o espectador de *House of Cards*, é o presidente dos Estados Unidos da América. E com a frase, o “homem mais poderoso do mundo livre” sentencia a morte do governo democrático e do estado de direito norte-americano.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática de Comunicação Audiovisual da Intercom Júnior, XII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba, e-mail: [marcelaagra@gmail.com](mailto:marcelaagra@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba, e-mail: [carlabragaf@gmail.com](mailto:carlabragaf@gmail.com)

<sup>4</sup> Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba, e-mail: [mendesdemendonca@gmail.com](mailto:mendesdemendonca@gmail.com)

<sup>5</sup> Orientador do trabalho. Professor doutor do curso de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal da Paraíba, e-mail: [marcelvbs@hotmail.com](mailto:marcelvbs@hotmail.com)

O impacto provocado pela cena é inegável dentro da lógica da narrativa, pois significa a instauração do caos político e social em razão da manutenção do poder a todo custo. É o ponto alto da articulação de um arquétipo antidemocrático como instrumento de manutenção da aparência de democracia. São os limites da usurpação do poder público em favor do que é privado sendo esgarçados ao máximo - ao ponto de sua destruição. É a declaração de uma guerra ao terror que serve apenas à manutenção de um estado de terror inerte. Tal é o poder de síntese da cena, que evoca todos os principais temas de *House of Cards* e reúne em si alfa e ômega, a origem e finalidade da narrativa: o poder.

Flashback para o começo da primeira temporada. Após trabalhar junto ao recém-eleito presidente Garrett Walker em sua campanha eleitoral, na esperança de se tornar Secretário de Estado, Frank Underwood recebe a notícia de que não ocupará o cargo. Em vez disso, permanece como Corregedor da Maioria na Câmara dos Representantes pela Carolina do Sul, seu estado. Assim se inicia a jornada do protagonista, que não é um herói, mas um político democrata capaz, e de moralidade duvidosa. Movido pela quebra da promessa do presidente, vista por ele como falta de gratidão e traição, Frank recalcula sua rota e arma uma rede de esquemas maquiavélicos, seguindo um caminho pavimentado por vingança e sangue, com artimanhas que se articulam para levá-lo ao mais alto cargo político do país: a presidência.

A jornada envolve fabricação de notícias, relações éticas duvidosas com uma jornalista, crimes de corrupção, manipulação da mídia, casos extraconjugais, drogas, assassinatos e um impeachment, para dizer o mínimo. Frank e sua esposa Claire derrubam seus inimigos e obstáculos, um a um, até conseguirem a presidência, o que acontece no final da segunda temporada, através do impeachment de Garret Walker (articulado por Frank).

Porém, o governo de um presidente não eleito não é simples, especialmente quando galgado em podridão moral. Inicialmente, Frank Underwood parece intocável, mas seus atos voltam para assombrá-lo no fim da quarta temporada, quando o jornalista Tom Hammerschmidt, ex-editor do jornal impresso *Washington Herald*, após profunda investigação, reúne provas e confronta o então presidente sobre toda a sua jornada eticamente duvidosa. Até aquele momento, o protagonista de *House of Cards* havia encontrado formas de despistar (ou até mesmo eliminar) qualquer suspeita contra ele. Dessa vez, não há escapatória. É preciso enfrentar a possibilidade de que tudo esteja acabado para os Underwood.

E, voltamos para a cena descrita no início deste artigo. A cena que encerra a quarta temporada. Ameaçados pela denúncia iminente do jornalista, o casal que acaba de sair de uma crise conjugal - Frank com a saúde fragilizada graças a um atentado contra sua vida - encontra-se em um momento de incerteza política e terror. Como se não bastasse, Frank e Claire estão, ainda, em meio a uma corrida eleitoral, como candidatos a presidente e vice-presidente, respectivamente, concorrendo ao mandato de 2016.

Simultaneamente, os dois tentam lidar com o sequestro de uma família norte-americana, armado por dois membros do grupo terrorista islâmico fictício já mencionado. Quando o governo consegue contato com os jovens, convence-os a libertar a esposa e sua filha em troca de uma conversa com o líder do grupo, que está preso. O diálogo entre o líder e os jovens terroristas acontece através de uma videoconferência, moderada pelo governo norte-americano, em uma sala repleta de figuras importantes do governo: FBI, CIA, Secretária de Estado etc. A esperança da comunicação é que o pai de família seja libertado.

Mas em vez disso, o que acontece é a sua execução, em frente à câmera, diante do presidente, de sua esposa e todos os auxiliares do governo envolvidos no caso. Todos os presentes na sala desviam o olhar das imagens, exceto Claire e Frank Underwood. A câmera lentamente se aproxima dos dois, de frente; Claire transfere seu olhar para Frank, que se dirige ao espectador, em um solilóquio, e diz: “Nós não nos submetemos ao terror. Nós o criamos”. E ali, no momento de consumação do terror e da violência, está a solução que eles buscavam para vencer o iminente perigo de perda do poder: a guerra.

Tendo em mente o que foi descrito acima, a construção da narrativa de *House of Cards*, inevitavelmente nos leva a alguns questionamentos. Quais os limites do exercício do poder democrático? Até onde é possível se apropriar dos instrumentos de regulamentação e execução do poder - mídia, justiça, forças armadas - sem que uma sociedade democrática, constituída no direito, dê lugar ao caos propriamente dito? E dentro dessa lógica, como determinar em que ponto quebramos o contrato democrático e voltamos à barbárie da não-lei?

## **2 O contrato deteriorado**

Uma forma de abordar esses questionamentos e assim começar a desvendar alguns sentidos de política produzidos por *House of Cards* está ligada à teoria da origem da sociedade e do governo. Voltemos ao início de tudo. É comum aos pensadores contratualistas, que teorizaram a formação do estado civil, pensar o homem em um estado de natureza, quando não havia lei ou governo. Para o teórico contratualista Thomas Hobbes,

por exemplo, nesse ponto real ou imaginário da história da humanidade, “o homem é lobo do próprio homem”, como está escrito em seu tratado político O Leviatã. Isto significa que, antes da lei, o homem era seu próprio predador.

A ideia do teórico é a de que o homem é um ser de paixões, dentre elas uma das mais fortes sendo o desejo. E particularmente o desejo por poder caracterizaria aquilo que é próprio ao ser humano, pois esse desejo de poder, estando ligado ao poder de preservação e desfrute dos direitos de natureza, seria constante e infundável. Sobre isso, diz Hobbes:

Assinalo assim, em primeiro lugar, como tendência geral de todos os homens, um perpétuo e irrequieto desejo de poder e mais poder, que cessa apenas com a morte. E a causa disto (...) é o fato de não se poder garantir o poder e os meios para viver bem que atualmente se possuem sem adquirir mais poder ainda. (HOBBS, 2014, cap XI)

Esse desejo por poder inerente à humanidade, na visão do autor, encontra um impasse na inegável igualdade entre todos os homens. Hobbes crê que, mesmo sendo diferentes, somos iguais quanto à nossa necessidade - e, portanto, capacidade - de preservação. Ele afirma que “desta igualdade quanto à capacidade deriva a igualdade quanto à esperança de atingirmos nossos fins” (HOBBS, 2014, cap. XIII). Portanto se dois homens querem a mesma coisa, pela condição natural de igualdade na capacidade de obtê-la, necessariamente se tornam inimigos. E na jornada para concretizar aquilo que desejam é provável que busquem dominar e subjugar a quem consideram seus inimigos, a saber, quem os impede de obter o poder.

O grande problema é que, sem a existência de um poder comum - num momento anterior ao estado em que não há lei nem governo - cria-se uma condição de guerra, “e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens” (HOBBS, 2014, cap. XIII). Esta guerra de todos contra todos, em que todos os homens são inimigos, propicia primeiramente que não haja justo ou injusto, bem ou mal, pois “onde não há poder comum não há lei, e onde não há lei não há injustiça. Na guerra, a força e a fraude são as duas virtudes cardeais” (O Leviatã, cap. XIII). Não há também propriedade, pois nada além da própria força do homem em conservar qualquer coisa que consegue é o que lhe garante uma propriedade. Esta é a condição de natureza que pinta Thomas Hobbes: a liberdade total e, por consequência, caos e barbárie.

O que faz com que o homem abra mão dessa liberdade para obter a paz e segurança que o estado lhe proporcionaria, segundo a teoria hobbesiana, seria a paixão por conservar alguns direitos naturais dos quais não se pode abrir mão, como a vida. Hobbes explica que “as paixões que fazem os homens tenderem para a paz são o medo da morte, o desejo daquelas coisas que são necessárias para uma vida confortável, e a esperança de consegui-las através do trabalho” (HOBBS, 2014, cap. XIII). Mais adiante no texto, o autor expande a explicação do que é o direito de natureza:

O direito de natureza, a que os autores geralmente chamam jus naturale, é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida; e consequentemente de fazer tudo aquilo que seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios adequados a esse fim. Por liberdade entende-se, conforme a significação própria da palavra, a ausência de impedimentos externos, impedimentos que muitas vezes tiram parte do poder que cada um tem de fazer o que quer, mas não podem obstar a que use o poder que lhe resta, conforme o que seu julgamento e razão lhe ditarem. (HOBBS, 2014, cap. XIV)

Dessa forma, a teoria hobbesiana baseia-se na ideia de que o direito de natureza gera também uma lei de natureza, um preceito geral e proveniente da razão, que lhe dá liberdade para fazer tudo o que está ao seu alcance para preservar sua própria vida, que é seu direito, bem como de defender a nós mesmos através de todos os meios possíveis.

A partir daí temos um impasse: se todos devem procurar formas de defesa e conservação da vida, ao mesmo tempo em que procurando a paz, será preciso definir limites para o exercício do direito e liberdade de preservação, caso contrário só temos a guerra. Para Hobbes, a saída do caos para o estado civil passa necessariamente pela renúncia do direito a todas as coisas, de forma que todos os homens se contentem em relação aos seus pares, com a mesma liberdade que cada um permite na preservação de si mesmo. Sem essa renúncia, os homens sempre estariam em guerra. Porém é necessário que todos pratiquem essa mesma renúncia. Não há sentido em que um renuncie enquanto outro ainda exerce seu direito a todas as coisas, pois segundo Hobbes, isso “equivaleria a oferecer-se como presa (coisa a que ninguém é obrigado), e não a dispor-se para a paz” (HOBBS, 2014, cap. XIV).

A formação do estado é, então, necessária para que se estabeleça a paz, bem como para garantir que a renúncia do direito a todas as coisas seja praticada por todos, em forma de um contrato, um pacto, uma transferência mútua de direitos. A razão disso está em que o

estado passa a deter o poder coercitivo que é capaz de impor o cumprimento do pacto estabelecido, na forma de lei.

Isto posto, considerando que a teoria hobbesiana do contrato social desvenda certos aspectos da formação do estado, podemos seguir em frente. Da teoria jusnaturalista, que é a que tratamos até o momento, surgem os direitos humanos e as bases do pensamento democrático moderno. A pergunta é: como pensar, a partir do pacto social, certas noções de política produzidas em *House of Cards*?

Nesse sentido, retomo o questionamento inicial: se os estados modernos - após as transformações que os fizeram democracias - estão baseados em um contrato, teoricamente absorvido e reproduzido por todos os homens, como explicar o uso do aparelho desenvolvido no sentido de sustentar o pacto para deteriorá-lo, de dentro para fora, sem que se desmanche a estrutura social democrática?

Frank Underwood, assim como vários dos políticos que se associam a ele ao longo da narrativa seriada de *House of Cards*, demonstram completo descaso pelo pacto, primeiramente por buscarem sua preservação e deleite sem considerar a renúncia do direito a todas as coisas, pelo contrário: com seu “pragmatismo implacável”, chamado assim por ele mesmo, Frank Underwood não enxerga a necessidade de ter sua liberdade impedida por qualquer direito que seja de seus pares. Sua conduta é baseada na realização do desejo de poder, neste caso não somente em razão da preservação, como se diria do homem no estado de natureza, mas pela paixão do poder pelo poder. A motivação é a de se realizar e conquistar aquilo que está ao alcance, simplesmente por esse motivo.

É como se Frank Underwood, um representante político democraticamente eleito do quinto distrito do seu estado, Carolina do Sul, que depois passa a ocupar a posição mais alta de liderança política de seu país - a presidência -, vivesse no mundo do pacto, porém mantendo o comportamento e *mindset* do estado de natureza, do homem pré-contrato, da guerra de todos contra todos. É como se seu direito a todas as coisas - matar, mentir, dissimular, manipular, coagir, e fazendo isso enquanto chefe máximo do poder executivo - nunca tivesse sido renunciado em nome da paz, mas, pelo contrário, fosse usado para criar uma guerra em nome da manutenção do seu poder político, já há muito usurpado, como se anuncia ao final da quarta temporada da série.

Como é possível que Frank Underwood viva no mesmo estado de direito em que vivem os Estados Unidos governados por ele? Diante desse quadro, podemos considerar que a série produz uma ideia de que a democracia falhou em manter o pacto? A fábula

criada em *House of Cards* pode parecer, a princípio, a de um casal de ambiciosas figuras públicas tentando alcançar o topo da montanha do poder político. Porém, como é comum à boa dramaturgia, por trás da encenação estão os sentidos produzidos, a construção de percepções de mundo e, nesse caso, temos a produção de uma estética do poder contemporâneo - e da usurpação do pacto que o constituiu.

O mundo democrático construído na série revela um contrato social deteriorado, cujos guardiões abandonam o trabalho de garantir a paz, segurança e vida do cidadão para dar vida a um jogo de cartas cujo prêmio é a detenção do poder por eles próprios. Esse mundo não nos é estranho, pois a ele pertencem Temers e Cunhas. O mundo dos Underwood, do poder, da *pólis*. A semelhança entre ficção e realidade chega a ser assustadora. Teria o nosso estado democrático de direito, firmado no pacto social, o mesmo destino trágico daquele representado em *House of Cards*? A democracia está em crise?

### 3 Um paradoxo democrático

Para pensar mais sobre o tema, voltemos de fato os olhos à democracia. Em “O ódio à democracia”, o filósofo francês contemporâneo Jaques Rancière trata da questão de forma absolutamente desromantizada. No ensaio, o autor busca revelar, através de uma retomada histórica da crítica à democracia, um certo sentimento antidemocrático, existente desde sua gênese, e que perdura até hoje, e se manifesta de diversas formas. Em que consiste essa crise democrática?

Intelectuais “orientados por valores” e aqueles “orientados pela política” - divisão feita pelo autor - protagonizaram nos anos 70 um embate ideológico sobre o tema: a democracia deve ser levada a locais de conflito através da força? Pode uma invasão militar - como a do Iraque pelos EUA em 2003 - de fato levar liberdade para tais nações? Ou seria - acrescento eu - apenas uma apropriação do poder coercitivo estabelecido pelo pacto para fins não necessariamente democráticos?

O embate travado na resposta a essas e outras perguntas estabeleceu a ideia da crise democrática. Um dos grandes argumentos em favor dessa noção é a de que a democracia levaria *uma* liberdade sim, mas também a bagunça, segundo Rancière. O autor afirma que “o que provoca a crise do governo democrático, nada mais é que a intensidade da vida democrática” (RANCIERE, 2014, p.15). Essa intensidade teria duas possíveis consequências: por um lado, a vida em democracia se aproximaria de um “ideal anárquico



que afirmava o poder do povo”, a exemplo da militância nos EUA nos anos 60 e 70, que buscava envolvimento com todas as decisões governamentais.

A segunda consequência seria que, como essa “excessiva” atividade do povo poderia “atrapalhar” o “bom governo democrático” - aquele que consegue conciliar e administrar a tal bagunça, mantendo a liberdade e princípios democráticos -, naturalmente, seria preciso redirecionar essas forças e energias dos cidadãos do espaço público para “a busca da propriedade material, da felicidade privada e dos laços de sociedade” (2014, p. 17). Porém, essa diminuição de uma energia gasta na cena política e sua reinserção no âmbito do privado, criaria, em última instância, tantas demandas individuais ou de pequenos grupos, que seria impossível à democracia satisfazê-las. Além disso, o redirecionamento das energias para o privado causaria uma indiferença geral com relação à coisa pública. Rancière resume da seguinte maneira:

“O enfrentamento da vitalidade democrática assumia assim a forma de um *double bind* [duplo vínculo] simples de resumir: ou a vida democrática significava uma ampla participação popular na discussão dos negócios públicos, e isso era ruim, ou significava uma forma de vida social que direcionava as energias para as satisfações pessoais, e isso também era ruim. A boa democracia deveria ser então uma forma de governo e de vida social capaz de controlar o duplo excesso de atividade coletiva ou de retração individual inerente à vida democrática” (RANCIERE, 2014, p. 17)

A democracia seria, então, um paradoxo inexorável. Sua ingovernabilidade é a razão pela qual necessita de governo. Mas por causa da energia e desinteresse da população, em vez de um governo do povo por ele mesmo, a democracia seria um governo de qualquer um, afinal, nesse contexto, as multidões estão alienadas do que é político. E sendo essa forma de governo ingovernável, tanto mais o será quando o próprio homem público é “qualquer um” e não a voz da "vontade geral". Some-se a isso a associação da ideia de cidadania ao consumo, a cultura do espetáculo e a dramatização midiática da política, e temos o cenário perfeito para a ascensão de um Frank Underwood, que traz em seu DNA a noção do interesse privado antes do público, mesmo sendo um político.

No artigo intitulado “Democrats against Democracy”, o professor associado da Universidade Católica da Austrália, Mark Chou, aponta o seriado *House of Cards* como um produto cultural alinhado com a realidade democrática norte-americana. Embora esse não seja o interesse deste trabalho, o paralelo traçado por Chou entre a política dos EUA e a forma como é representada em *House of Cards* é outro ponto de partida interessante para



entender que ideia de política é produzida pela fabulação da série. Sua visão dialoga com o pensamento de Rancière no sentido de considerar que a democracia produziria um paradoxo quanto à sua própria natureza e finalidade.

O argumento de Chou é que a democracia norte-americana tem se tornado um sistema que permite o uso do aparelho democrático contra si próprio, tendo sido transformada em “um meio de produzir resultados injustos e antidemocráticos” (CHOU, 2014, p.164). Para o autor, esse é um problema que passa por representantes eleitos de todos os partidos norte-americanos, bem como pelos interesses de uma elite econômica e midiática dominante. Juntos, representantes políticos (a quem ele chama de democratas, não no sentido partidário), elites econômicas e mídia estariam prontos a “decapitar a democracia” em nome de suas ambições particulares - e sempre por baixo dos panos.

Temos cidadãos cada vez mais passivos e inativos que permitem que líderes políticos e interesses de corporações não-eleitas extraiam seus direitos democráticos e liberdades. A história em Washington não é mais sobre cidadãos ordinários e sim sobre os ricos e poderosos - aparentemente os únicos democratas importantes - que agora manipulam a democracia para seus próprios interesses e margens de lucro. (CHOU, 2014, p. 165, tradução nossa<sup>6</sup>)

Como isso teria acontecido? Para Chou, um dos motivos é que a democracia teria empoderado as massas, de acordo com o pensamento de Platão. Foi a própria democracia que deu aos seus “democratas” um poder quase sem limites. O grande problema é que sem educação ou sabedoria - fatores que infelizmente não podem ser garantidos pela democracia - esse poder se torna facilmente suscetível ao abuso.

A maioria democrática poderia tomar a sociedade como refém ou ser ela mesma sequestrada por demagogos que se alimentam da ansiedade das massas (...). ‘Por isso, para Platão, a trajetória que se inicia com os prazeres da democracia termina com o pesadelo da tirania’, de acordo com Alain Badiou (2010:13). (CHOU, 2014, p 166, tradução nossa<sup>7</sup>)

---

<sup>6</sup> We have an increasingly passive and inactive citizenry that permits political leaders and unelected corporate interests to extract democratic rights and freedoms from them. The story in Washington is no longer about ordinary citizens as much as it is about the powerful and rich — the only democrats that seem to matter — who now work democracy for their own interests and profit margins.

<sup>7</sup> The democratic majority could take society hostage or have itself taken hostage by demagogues preying on mass anxieties (Safford 2002: 9 – 10). As equality gives way to disorderliness and self-interest, power is transferred from the masses to the despot. “That is why, for Plato, the trajectory that begins with the delights of democracy ends with the nightmare of tyranny,” in Alain Badiou’s (2010: 13) account.

O problema levantado por Platão e ecoado por Chou é o da maioria. Se a maioria escolhe abandonar princípios e procedimentos democráticos ou permanece inerte enquanto se manipula a constituição, por exemplo, essa maioria democrática pode ser responsável pelos danos causados ao “governo do povo”. O pensador francês Alexis de Tocqueville já alertava quanto a isso. Em *Da Democracia na América*, ele afirma que “se um dia a liberdade se perder na América, terá que se culpar a onipotência da maioria, que terá trazido as minorias ao desespero e as forçado a apelar para as forças materiais” (TOCQUEVILLE, 2000, p.249).

Tanto Platão quanto Tocqueville identificaram o potencial tirânico na democracia e nos cidadãos “democráticos”, segundo a leitura de Chou. Para o primeiro, a participação desses cidadãos é o que torna a democracia problemática. Aqui ele não está pensando em quaisquer cidadãos, mas na sua união, nas massas, não necessariamente educadas. O que elas decidem se torna lei e então, quando a maioria decide certo, a democracia se beneficia, mas quando a decisão é errada, o sistema sofre. Não há nada que impeça as decisões erradas ou as tomadas por razões escusas.

Em seus tratados políticos, Tocqueville expressa algumas preocupações em comum com Platão. Para o francês, a maioria pode tanto proteger o governo contra tendências antidemocráticas quanto criá-las. Na sua visão, a democracia não é simplesmente uma forma de governo, mas um conjunto de ideias e impressões acerca do mundo, um estilo de vida, uma lógica específica. Partindo dessa noção de que a democracia é uma estrutura social, Tocqueville estabelece que o homem democrático é um tipo social e que possui, portanto, características específicas ao regime e à forma de governo que vivencia.

Uma delas é o individualismo, que torna-se fortíssimo na democracia, e não só isso: para Tocqueville, o individualismo que “leva cada um a isolar-se e abandonar voluntariamente o trato com a sociedade em seu conjunto” é “de origem democrática e ameaça desenvolver-se à medida em que as condições vão se igualando” (TOCQUEVILLE, 1988, p. 107). Da igualdade - noção cara à democracia -, surge o gosto pelo bem-estar material. Na aristocracia, em que as classes eram muito bem definidas, ao pobre era improvável uma mudança financeira, por isso ele se acostumava a à pobreza, enquanto o rico se acostumava à opulência e não sabia dar tanto valor à riqueza, pois não receava perdê-la.

Nas democracias, a igualdade das condições faz com que o pobre tema perder o que tem, bem como não conseguir conquistar bem-estar financeiro, ao mesmo tempo em que

aqueles que desfrutam desse bem-estar desenvolvem o medo de perdê-lo, pois têm conhecimento da mobilidade da riqueza em um regime democrático. Disso, afirma Tocqueville, a consequência é que o gosto do homem democrático pelo conforto material cresce consideravelmente. Para o autor, todo o individualismo e amor pelo bem-estar financeiro, característicos do homem democrático, resultam em um desinteresse político enorme (como ecoa Mark Chou).

O único desejo político deste homem é que seja livre para buscar sua riqueza material e que as condições democráticas na teoria “iguais”, assim permaneçam. Para este homem, unidade formadora das massas democráticas, exercer deveres políticos é perda de tempo, assim como discutir assuntos públicos. Sua vida privada é cheia de compromissos, e muito mais importante que qualquer participação política. Aí vê-se a clara individualização do homem, que abdica do que lhe resta de comum - a saber, o público -, por preferir o momento individualizado e isolado da sociedade, que está em sua vida privada. “Quando as condições são iguais, cada qual se isola e se esquece da coisa pública”. (TOCQUEVILLE, 1988, p. 124).

Ranciére aponta outra saída, como já mencionamos, que seria a do excessivo envolvimento nos assuntos públicos a ponto de causar atrapalhos no governo democrático. Porém, se ele está certo quando aponta que uma crise democrática se daria por causa de um excesso de atividade democrática ou por um excesso de indiferença - este último apontado no século XIX por Tocqueville e reiterado no século XXI por Chou -, seria possível dizer também que as preocupações quanto ao poder da maioria de colocar em risco a democracia estão não necessariamente baseados em uma má fé das massas, mas na sua desinformação e desinteresse pela coisa pública.

Se a democracia contemporânea é decidida por uma maioria apática politicamente, e que obtém a mínima informação que considera necessária para a tomada de decisões como o voto, por exemplo, por meio daquilo que vê, lê e ouve através da mídia, é certo dizer que o jornalismo - intimamente ligado à democracia moderna - está no centro da questão, pois tem um papel inegável na construção da opinião pública. A relação das massas com a política se daria pela mediação dos media. Essa característica dos governos democráticos representativos contemporâneos tem um impacto no próprio comportamento dos políticos que, conscientes disso, buscam construir suas imagens públicas midiáticas com cuidado.

Em *House of Cards*, a relação entre política democrática e mídia é representada como essencial. Cada acontecimento e desdobramento político em Washington somente

ganha legitimidade a partir de sua representação midiática. Tão grande é o poder da mídia massiva na série, que Frank Underwood chega a fabricar notícias absolutamente falsas que, ao serem divulgadas, ganham tamanha dimensão a ponto de forçar as peças políticas a agirem de acordo, tornando o que foi noticiado verdade.

Pensando como Tocqueville e Rancière, concluímos que o cidadão da democracia contemporânea é apático e indiferente ao que é público, portanto a ele só interessa mesmo o que é noticiado. A notícia é a verdade. Na série tratada aqui, o homem democrático está tão longe da coisa pública, que sua reação às narrativas construídas pela mídia não chega a ser retratada. *House of Cards* se preocupa em mostrar as relações entre poder político e mídia, e assim, ao meu ver, fica claro que o contato do cidadão (imaginário, pois não há tempo de tela para a repercussão social das notícias, apenas para a repercussão dos fatos e agendas na mídia) com a política é completamente intermediado pela atividade jornalística.

Indiretamente, a série mostra que a democracia é encarada como algo dos políticos e não do cidadão. Os políticos não estariam preocupados com o interesse público, mas sim com seus motivos pessoais. Aqueles que de fato tentam construir carreiras políticas baseadas em uma agenda que beneficie a sociedade, perdem a vez. Frank Underwood, por exemplo, não tem respeito por quem coloca princípios éticos de conduta pessoal antes daquilo que ele considera como parte do que é fazer política.

#### **4 O príncipe maquiavélico**

Essa ideia de poder e política representada por *House of Cards*, principalmente através de Frank Underwood, é claramente maquiavélica. Em *O Príncipe*, o pensador italiano Nicolau Maquiavel descreve o que seriam diretrizes para um líder político que deseja se manter no poder. Ao assistir à série em questão, temos a impressão de que o protagonista leu a obra de cabo a rabo, algumas vezes. Em diferentes momentos da série, através especialmente das mencionadas interações diretas com o espectador através dos solilóquios, o protagonista faz observações que casam sem dificuldades com os conselhos de Maquiavel ao príncipe.

O pensador italiano concebe a ética de forma que seja inseparável da política, porém não em termos de ética pessoal. A ética do político é necessária para que ele alcance os fins desejados e não é a mesma do cidadão comum. Por exemplo, a ética política precisa ser flexível e adaptável às marés, para Maquiavel, independente do que se considera bom ou mau no senso comum. O autor exemplifica que “é necessário que ele [o príncipe] tenha um

ânimo disposto a mudar segundo o que lhe ordenem os ventos da fortuna e as variações das coisas exigirem; e, como acima se disse, podendo, não separar-se do bem, mas, se necessário, saber praticar o mal.” (Maquiavel, 2007, p. 175).

O que Frank Underwood chama de “pragmatismo implacável” é justamente essa capacidade descrita por Maquiavel de fazer o que for preciso para concretizar a finalidade buscada, inclusive alterar rotas e destruir alianças. Porém a lógica da ética do político maquiavélica está ligada ao que o príncipe precisa fazer para manter o seu reino, visando o bem comum e a sua consequente permanência no poder. Nisso, Frank contraria Maquiavel, pois é guiado pelo interesse pessoal, revestido por uma capa de zelo pelo bem comum.

Frank Underwood não é o único representado dessa forma. Como lembra Mark Chou, ao longo das quatro temporadas disponíveis até o momento na Netflix, outras figuras políticas são retratadas mentindo, vazando informações secretas para a mídia e lobistas, armando ciladas para rivais, usando drogas, se envolvendo sexualmente com prostitutas, membros de sua equipe e, no caso de Frank, com a jovem e ambiciosa repórter de ética profissional duvidosa Zoe Barnes.

A representação construída pelos criadores de *House of Cards* desses políticos não é uma escolha aleatória, e termina por sugerir a noção de que esse tipo de prática seria comum nos estados democráticos. Chantagens, traições políticas, assassinato e encobrimento de todos esses comportamentos e atitudes são representados como corriqueiros na construção de uma vida pública. Chou comenta que as consequências disso seriam “representantes políticos não engajados, uma concentração de poder nas mãos dos interesses do lobby corporativista, e o domínio privado da mídia jornalística” (CHOU, 2014, p. 173, tradução nossa).

No início da segunda temporada, uma fala de Frank Underwood em um de seus costumeiros solilóquios, que ocorre quando está prestes a se tornar vice-presidente, revela o desprezo do personagem pela democracia e seus procedimentos de regulação e gestão do poder. Talvez representando toda uma classe política (fictícia ou não), o personagem declara: “Estou a um passo da presidência e não tive um único voto proferido em meu nome. A democracia é tão superestimada” (tradução nossa).

E é assim que, segundo Chou, os democratas se rebelam contra a democracia em *House of Cards* e no cenário político norte-americano contemporâneo. No Brasil, certamente podemos encontrar uma situação parecida. Raros são os homens e mulheres dedicados à vida política que estão traçando esse caminho motivados por agendas sociais

maiores do que seus interesses particulares, ou mesmo por uma vocação pública ou propósito moral. As democracias, cada vez mais, crescem e se desenvolvem sob os solos da ganância, espetáculos midiáticos, margens de lucro e sobretudo apatia política.

## REFERÊNCIAS

BALL, James. **Why are all the House of Cards journalists so bad at journalism?**

Guardian, fevereiro 2014. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/tv-and-radio/tvandradioblog/2014/feb/21/house-of-cards-zoe-lucas-bad-journalists>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

CHOU, Mark. Democrats against democracy. **Cultural Politics**, vol. 10, n. 2, p. 163-181, 2014. Duke University Press.

HOBBS, Thomas. **Leviatã. Ou Matéria, Forma e Poder de Uma República Eclesiástica e Civil**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KLARER, Mario. Putting television ‘aside’: novel narration in House of Cards, **New Review of Film and Television Studies**, vol. 12, n. 2, p. 203-220, 2014.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Hedra, 2007.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ZARAIN, Jordan. **'House of Cards's' Beau Willimon on Showing Bad Journalist Behavior: 'That's Sort Of The Point'**. Hollywood Reporter, fevereiro 2013. Disponível em <<http://www.hollywoodreporter.com/news/house-cards-journalism-beau-willimon-421661>>. Acesso em: 5 de março de 2016.